

Civilismo e militarismo

Rui Barbosa e o marechal Hermes da Fonseca foram os protagonistas da disputa entre civilismo e militarismo na campanha de 1909-1910.



Em primeiro plano, crianças à espera do trem que chegava à plataforma e trazia Rui Barbosa.

Rui, naquele tempo

Rui Barbosa, que volta glorioso aos jornais, vencidos os prazos do silêncio — bem que o conheci, sem nunca tê-lo visto. Era uma presença em Minas Gerais, no começo do século, sob o ardor da campanha civilista, e nos anos que se seguiram ao seu malogro.

Tanto quanto podem valer as impressões da infância, recolhidas em pequeno meio provinciano, recordo que não havia neutros naquele tempo. Éramos todos, meninos inclusive, civilistas, quer dizer, ruístas. Hermistas seriam apenas os funcionários estaduais e municipais, sujeitos a represálias do Governo se aderissem à corrente da Oposição. Quero crer que os havia sinceramente adeptos do Marechal Hermes e de Pinheiro Machado, pois afinal são tão várias as inclinações humanas, mas seriam poucos.

[...]

Não se percebia então — e não havia de ser no interior que brotasse o analista ou o futurólogo capaz de anunciar — que o episódio era apenas a primeira de uma série grave de crises chamadas a denunciar a fragilidade da estrutura republicana, com seus artificialismos de base e suas hipocrisias de cúpula. Via-se, sentia-se a situação como a luta entre o mocinho e o bandido, e obviamente tomava-se o partido do mocinho.

E como falava bem o mocinho, cuja pistola era o verbo. [...] a sensação de força, de bravura e eletricidade moral era unânime. Rui Barbosa representou o melhor, o mais puro e desinteressado pensamento do homem da rua, desencantado da engrenagem política montada no país e esperançoso (utopicamente) de erigir um Governo civil inspirado na justiça, na liberdade, na representação autêntica, na virtude.

Foi nossa paixão, a dos grandes e a dos pequenos, contagiados pelo exemplo dos grandes, mesmo que não entendêssemos bem o que se estava passando; foi o herói, o par-de-frança, o quixote, o sujeito que dizia verdades ásperas e — coisa inconcebível hoje em dia — em português de lei, com fartura de sinônimos raros e construções preciosas. [...]

Na derrota, ele cresceu ainda mais. De 1910 a 1914 o Brasil teve dois presidentes: um de fato e outro de consciência, entre seus livros e papéis da rua São Clemente, e daí para a tribuna do Senado ou perante o Supremo Tribunal Federal, postulando, verberando, exigindo o cumprimento da lei, já menos como político do que como defensor dos direitos humanos.

Esta a imagem de Rui guardada por uma criança mineira. Continua viva, como gravura que o tempo não patinou. Surgirá outra assim, adaptada às condições do nosso tempo?

Carlos Drummond de Andrade. *Jornal do Brasil*, 1 mar 1973.



O povo entre duas plataformas... Choque inevitável e desastre iminente! (Storni. *O Filósofo*, n. 20, 27 jan 1910)

O maneio de D. Politicagem. (J. Carlos, *Careta*, n. 88, 5 fev 1910)

Regresso de Rui Barbosa da Bahia, no dia 23 de janeiro de 1910, ao Rio de Janeiro.

A legenda da foto na revista dizia: "O povo no cais Pharoux, esperando o senador Rui Barbosa. Como os leitores poderão facilmente verificar, os civilistas são só uns 6 ou 7. Os milhares de pessoas restantes estavam no cais, com aquele bárbaro calor, às 2 horas da tarde... tomando fresco."

No mesmo dia 23 de janeiro, outra aglomeração esperava Rui Barbosa para saudá-lo na antiga Avenida Central, atual Rio Branco.

Outro assunto que dava pano para mangas era hermismo e civilismo. Já se sabe que o hermista único era meu futuro tio Heitor Modesto, por causa da Escola Militar, mais sua amizade com o Mário Hermes e o Jangote. Dentro do 106 todos, até as crianças usavam o distintivo civilista — o retrato do Conselheiro Rui Barbosa numa espécie de broche de celulóide, redondo e cor de sépia. O Modesto também ostentava o do hermismo, exatamente igual ao dos adversários, só que em vez da face de Rui mostrava a cara do marechal.

Pedro Nava. *Baú de ossos*. São Paulo: Ateliê: Giordano, 1999. p. 355.

Carta de Rui Barbosa a Francisco Glicério e Antônio Azeredo, de 19 de maio de 1909, conhecida como Carta de Bronze

Nesta carta, Rui se liberta dos compromissos com o "Bloco" (grupo político heterogêneo, sem identidade de programas nem convicções) e afirma que entre ele e Hermes eram "antigas as relações de mútuo afeto", que se o nome do "marechal saísse do Congresso ou do seio de um partido, ou de um passado político para a situação de chefe do Poder Executivo, o fato seria natural e a sua candidatura teria sido acolhida com o [seu] imediato assentimento". Como isso não aconteceu, Rui não poderia concordar com a aclamação da candidatura do ministro da Guerra. Além disso, este fato lhe parecia ser um retrocesso. Após a proclamação da República e seus primeiros anos de um governo militar, já se vivia há 14 anos no Brasil um governo civil definitivamente estabelecido. Assim, Rui argumenta: "Por que regressar?"

A carta se encontra publicada em *Cartas políticas e literárias*, de Rui Barbosa (Bahia: Catilina, 1919. p. 155-170).

Campanha Civilista

Exposição
Viva Rui Barbosa, o candidato do povo!
Campanha Civilista, 1909-1910

Curadoria
Rejane M. Moreira de A. Magalhães
Soraia Farias Reolon Pereira

Pesquisa iconográfica
Luiz Guilherme Sodré Teixeira
Pedro Krause
Silvana Maria da Silva Telles

Projeto gráfico
Setor de Editoração

Agradecimentos ao Arquivo, Museu, Biblioteca e
Setor de Preservação da FCRB, responsáveis pela
guarda e conservação de todos os documentos,
objetos e livros cedidos para esta exposição.

Contexto da sucessão presidencial e disputa entre oligarquias

O presidente Afonso Pena teve inúmeros problemas para indicar o seu sucessor. Com o objetivo de fortalecer sua política financeira, afastou-se dos nomes que agradavam as oligarquias estaduais dominantes, de Minas Gerais e São Paulo. No Congresso, articulou-se uma forte oposição à centralidade do presidente na sucessão, com Rui Barbosa como a principal voz da oposição, defendendo uma candidatura saída da opinião pública. O próprio Rui seria um nome de grande prestígio nacional depois do recente sucesso da representação brasileira na Conferência de Haia.

Afonso Pena indicou no primeiro momento o seu ministro da Fazenda Davi Campista. Diante das resistências contra o direito da deliberação presidencial na indicação do sucessor, Pena buscou articular uma base política mais ampla, contando com a força de um ator poderoso e sempre insatisfeito com o papel que lhe cabia na República: o Exército. A escolha do ministro da Guerra Hermes da Fonseca como candidato não arrefeceu as disputas; pelo contrário, ampliou o descontentamento de lideranças nacionais imponentes.

Através das cartas trocadas entre Rui Barbosa e os principais líderes políticos da época, pode-se ver a Campanha Civilista sendo tecida.

O caucus do Congresso

Rui Barbosa ergue-se contra uma antiga prática do sistema representativo: o vicioso processo do caucus congressional, em que presidentes, senadores e deputados atribuíam a si a prerrogativa de escolher quem deveria ser o novo presidente da República. Esse candidato era apresentado ao povo para que votasse nele. Hélio Silva, em *História da República brasileira* (v. 3, p. 43) ressalta que: "Mesmo que houvesse outro nome, levantado pela oposição, seria uma contestação simbólica, sem chance eleitoral, nem objeto de uma campanha de âmbito popular." Aproveitando a evolução do constitucionalismo norte-americano, Rui sustentava como única forma possível de escolha dos candidatos à presidência e vice-presidência as convenções nacionais integradas pelos representantes das livres correntes de opinião.

Afonso Arinos em *Um estadista da República* (p. 502), esclarece que o caucus do Congresso para escolha dos candidatos aos postos do Executivo vinha do princípio da República civil. A primeira tentativa de partido político nacional na República foi o Partido Republicano Federal que Francisco Glicério e outros organizaram em 1893 sob o governo Floriano. E nos estatutos desse partido já figurava uma cláusula segundo a qual os senadores e deputados federais, antes de finda a sessão legislativa, se reuniriam em convenção para a escolha dos nomes de presidente e vice-presidente a serem sufragados na eleição de 1 de março de 1894.

A fraude e a derrota na eleição

A derrota nas eleições foi exaustivamente avaliada por Rui Barbosa como o resultado da manipulação e da fraude. Em discursos no Congresso (em sessões de 16 de maio a 20 de junho de 1910), que compõem o livro *Memória sobre a eleição presidencial*, Rui Barbosa denunciou a existência de atas eleitorais fantasmagóricas de seções que simplesmente não haviam funcionado no dia do escrutínio e, de acordo com ele, muitos eleitores deixaram de votar por não terem encontrado as seções abertas, principalmente na capital. Além disso, cabia ao Congresso verificar e legitimar a contagem dos votos os resultados finais, mas comprometido como estava (a maioria de seus membros apoia a candidatura oficial), a instituição acabou por referendar a fraude.



(J. Carlos. *Caretá*, n. 94, 19 mar 1910)



A 22 de agosto de 1909, realizou-se a Convenção Nacional Civilista, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, durante a qual 350 delegados de 9 estados brasileiros votam em possíveis candidatos civis à eleição presidencial. Os mais votados foram Rui Barbosa e Manuel Joaquim de Albuquerque Lins.

Tessitura da Campanha através das cartas

Carta de Rui Barbosa a Pinheiro Machado, de 10 de dezembro de 1908

Nesta data, Rui comenta a sucessão presidencial e afirma: "Não sou candidato à Presidência da República, nem consinto que me façam. [...] só me animaria, talvez, a sé-lo, se um movimento da opinião pública me impusesse. Tal honra, porém, nunca imaginei merecer. A outra, a da candidatura oficial, repugna às minhas convicções e meus compromissos." (Rui se refere à candidatura de Davi Campista à presidência da República, orquestrada no palácio do Catete e contra a qual se levantaram muitas forças políticas do país. Davi Campista acabou desistindo da candidatura, em 18 de maio de 1909.)

Carta de José Marcelino a Rui Barbosa, de 7 de janeiro de 1910

José Marcelino cumprimenta Rui Barbosa pela manifestação recebida em São Paulo e sugere data e local para Rui apresentar sua plataforma eleitoral durante visita à Bahia.

Carta de Manoel Moreira Teixeira Pena a Rui Barbosa

Exmo. amigo conselheiro Rui Barbosa
Saudações com votos de felicidade ao amigo e a toda muito ilustre família. Infelizmente, estamos aqui no município em verdadeira anarquia. Os militaristas, não contando com o apoio do povo, querem vencer pela ameaça e pela corrupção. Sou forçado a dirigir-me ao amigo, como homem experimentado e conhecedor do movimento de civilização, a fim de servir-me de conselheiro. Morando desde criança, neste município, berço de meu infeliz irmão, Afonso Pena, onde conto com bastantes amizades, e, estando vendo tanta anarquia e tanto desrespeito à memória e aos parentes de meu finado irmão, não tenho forças para resistir [...] Desde a eleição de março que o governo do Dr. Venceslau, na sua sábia de perseguição, procurava abater a energia deste povo, que estava heróicamente honrando a memória de Afonso Pena. Atualmente, como veem que o povo não está disposto a sustentar o governo do nosso infeliz estado, nas eleições do dia 7, transformaram a nossa cidade em uma verdadeira praça de guerra, para vencermos as eleições pela força prepotente e tirântica. Acresce, além disso, que a estrada de ferro em construção, que foi sempre o maior ardente sonho de meu extinto irmão, está entregue à mais vergonhosa cabala eleitoral, tendo até empregados ganhando salário sem estarem em trabalho, somente para votarem no antípatico candidato dos terroristas de Minas. O ramal está entregue a engenheiros, que o transformaram em viveiro de eleitores, comprados a peso de dinheiros dos cofres da União, tirados do nosso trabalho e suor, para nos escravizar e violentar. O pior de tudo, Exmo. Sr., além das perseguições e demissões, são as festas pomposas que estão fazendo aqui os nossos adversários pelo reconhecimento do marechal, que foi derrotado nas urnas e repelido pelo povo independente do território brasileiro. Vivem a soltar muitas dinamites, compradas com dinheiro da estrada de ferro, para assim desmorar as cinzas de meu querido irmão. O que mais me entristece é ver que querem vitoriar no município um candidato que não teve e não tem simpatia no meio deste povo independente e conhecedor do civismo e da dignidade. Nos distritos, vão acompanhados de alguns trabalhadores de estrada e soldados da polícia mineira. Prevenido estas causas, retirei-me da cidade, vindo para este distrito, onde tenho propriedades e residido de longa data [...] Não peço providências porque estas não podemos esperar de um governo como o do nosso infeliz estado de Minas. Venho unicamente pedir conselhos ao amigo, como conhecedor e experiente dos nossos homens, que não trepidam em até matar, na sua sede de poder. [...]

Do incondicional admirador e amigo.

Manoel Moreira Teixeira Pena
Cocais 4 de agosto de 1910.

Carta de Rui Barbosa a Hermes R. da Fonseca

Rio, 31 de outubro, 1910.

Exmo. Sr. marechal Hermes R. da Fonseca. Tenho a honra de agradecer a V. Exa. a atenção que se dignou de ter para comigo, comunicando-me, por carta de anteontem, recebida nessa data, os nomes dos cidadãos que convidou para ministros no seu futuro governo.

Com elevada consideração
de V. Exa.
patrio ato
Rui Barbosa

Carta de Rui Barbosa a Afonso Pena

Rio, 21 de Maio de 1909.¹

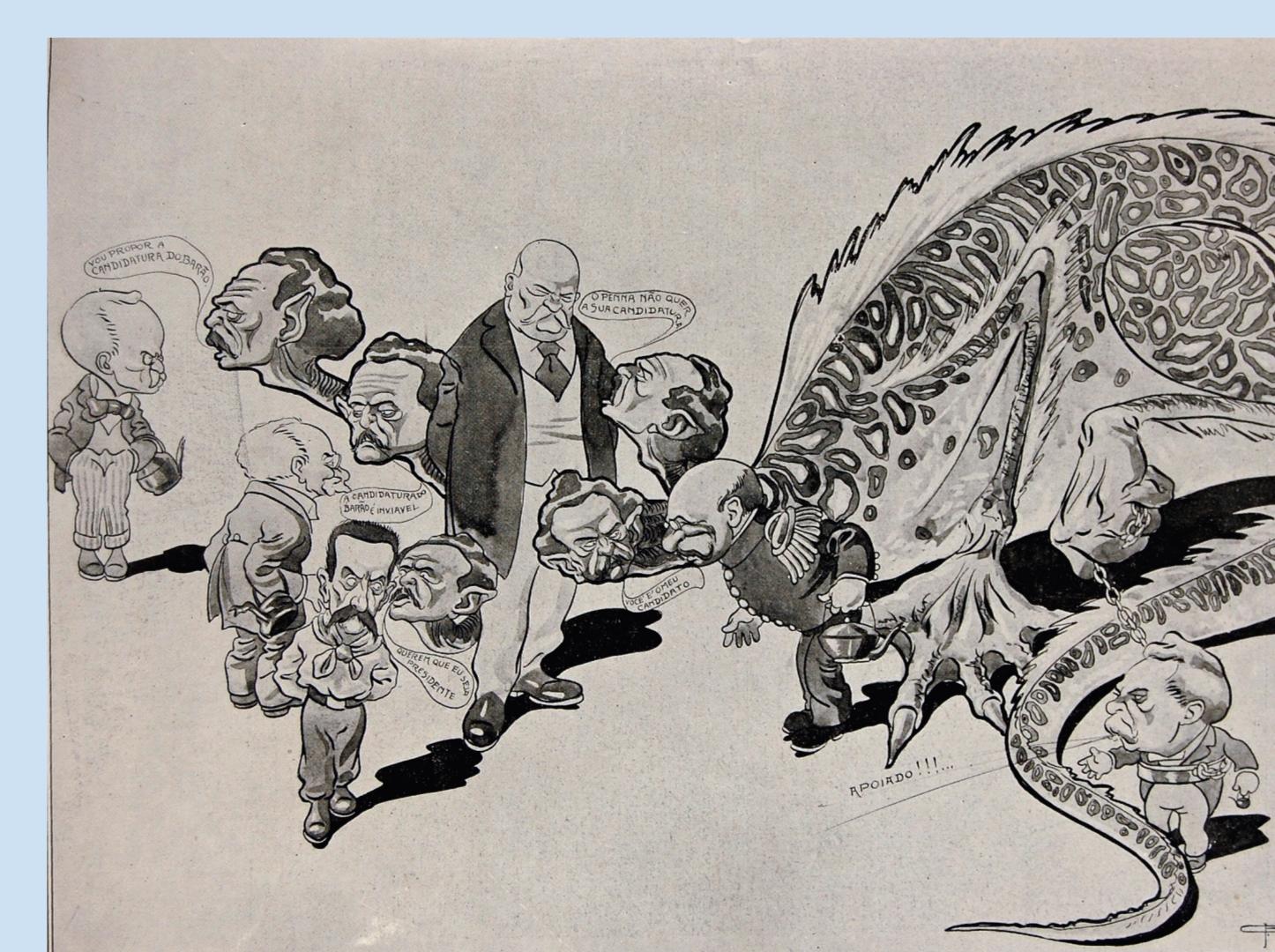
Meu caro Afonso Pena

Obrigado pela sua carta de ontem de noite, e pela retificação que ela contém. No ponto a que ela se refere, porém, ou em qualquer outro, se houve quebra de exatidão, não foi da minha parte. Cogitando na candidatura do barão do Rio Branco, bem vi que ele, seu ministro, não a podia aceitar sem o seu *placet*.² Por isso ficou assentado formalmente, entre mim e o senador Pinheiro Machado, que ele com V. conversaria a este respeito, solicitando o seu assentimento. Dias depois me comunicou havé-lo V. recusado. Como imaginar eu que esta não fosse a expressão da verdade? Se o não é, lamento que outros, em quem eu não podia deixar de confiar, não a guardassem.

Eu de mim tenho por norma absoluta, a despeito de todos os interesses políticos, observá-la sempre. Se não voltei a final a sua casa, em dezembro, atendendo aos seus pedidos, foi porque a imprensa adita ao governo começou a divulgar, atribuindo-as falsamente a meus amigos, indiscrições e adulterações acerca da nossa correspondência escrita, donde era de esperar que conferências verbais se prestariam ainda melhor à desnaturalização malévolas desses exploradores. Nunca é tarde, entretanto, para receber esclarecimentos como o que V. ora me fornece e que lhe agradece muito o seu v^o col^o e am^o

Rui Barbosa

"Por mais de uma vez conversando com o general Pinheiro Machado ouvi-lhe a declaração de não ter objeção contra o Dr. Campista, que julga muito digno, acrescentando mesmo que era seu pensamento opor esse nome ao do Dr. João Pinheiro, com cuja orientação não podia se conformar." (Carta de 14 de abril de 1909 de Afonso Pena a Bias Fortes)



"Tradução ao pé da letra das cartas do Rui Barbosa e do discurso do senador Pinheiro Machado." (J. Carlos. *Caretá*, n. 52, 29 mai 1909)

"Só lhe direi, meu caro Azeredo, que suas ilusões avaliam muito superficialmente a enormidade do caso hoje entre nós interposto. A candidatura militar, desastradamente armada para salvar as posições de alguns chefes políticos, encerra em si a desgraça irremediável do Brasil. Eu nunca lhe vi figurar entre nós a eventualidade senão como a de uma hipótese funesta. Muitas vezes, e até o último dia em que falamos de candidaturas, me disse o senhor Pinheiro Machado que esta seria "UMA CALAMIDADE". Na mesma opinião abundava o Francisco Glicério que, poucos dias antes de esperar a candidatura Hermes, conversando comigo, na sala do café, me surpreendeu com a notícia de que aquele político rio-grandense nos pretendia levar a semelhante solução, contra a qual protestava indignado; e, dizendo-me que seria retrocedermos vinte anos, me declarava que a tal nunca o arrastariam." (Carta de Rui Barbosa a Antônio Azeredo, de 30 de agosto de 1909)



"...e foi assim que saímos do inconveniente político da candidatura Campista para a infelizidade nacional da candidatura Hermes, à qual o mais sinistro desastre imola todos os interesses do país. De modo que, meu caro Azeredo, me parece vir levantando, hoje, entre a minha carreira e a sua, como um paredão tenebroso, o futuro inteiro de nossa terra, devastada pelas misérias do regime da espada e pelas vergonhas da corrupção que sempre medrou, à sombra da sua irresponsabilidade. Contra essa catástrofe que nos ameaça, o mártir da Convenção, se Deus quiser, a via dolorosa, não de rastos, com a cruz às costas, mas em todo o seu antigo ardor de 1889, 1903 e 1905, como quem cumpre o maior dos deveres e escreve a mais santa das páginas da sua vida. A "probabilidade do êxito" não me preocupa, quando oíco a rebata da minha consciência [...] A reação, que a inconsciência do governo atual está desenvolvendo na pasta da Guerra, [...] traz o preâmbulo do que está por vir. Mas não nos amedronta. Vocês têm a máquina oficial. Nós temos por nós a nação. Os outros governos republicanos se têm defendido contra a sedição militar. Este é o primeiro que a organiza. Ele e os que quem obra como instrumento se imaginam garantidos contra o flagelo que vão desencadear. Oxalá não venham a ser os primeiros arrependidos. E V., meu caro Azeredo, permita Deus encontrar os seus novos amigos a mesma confiança que lhe não faltava da parte daquele, a quem agora tem de abandonar para não ser 'um desmorado'." (Carta de Rui Barbosa a Antônio Azeredo, de 30 de agosto de 1909)